

**REGULAMENTO DO CONSELHO FISCAL
DO
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO , S.A.**

**1º
(Objecto)**

O presente Regulamento do Conselho Fiscal do Banco Comercial do Atlântico SA estabelece as suas regras de organização e de funcionamento, bem como os princípios e normas de actuação que deverão reger a conduta dos seus membros no exercício das respectivas funções, em complemento das disposições legais e estatutárias.

**2º
(Aprovação e vigência)**

1. O presente regulamento foi aprovado em reunião do Conselho Fiscal do BCA em 26.02.2018;
2. O presente regulamento vigorará por tempo indeterminado.

**3º
(Carácter vinculativo)**

1. O regulamento obriga todos os membros do Conselho Fiscal;
2. Qualquer membro do Conselho fiscal que venha a ser eleito em data posterior à data de aprovação do presente Regulamento fica automática e incondicionalmente sujeito ao mesmo, sem necessidade de qualquer acto ou formalidade de adesão para o efeito.

**4º
(Composição e poderes)**

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais efectivos e, ainda, por dois vogais suplentes, todos eleitos em Assembleia-Geral de accionistas;
2. Sem prejuízo de outros requisitos legais, os membros do Conselho Fiscal deverão ter as qualificações e a experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções e a maioria deverá ser independente, ter curso superior adequado e elevada competência e conhecimentos nas áreas financeira, contabilística e de auditoria ou conhecimento operacional na área da actividade bancária;
3. O Presidente deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável e possuir as competências adequadas ao exercício da função, e será designado pela Assembleia Geral que procede à eleição do mesmo Conselho;
4. Um dos vogais deverá ser Contabilista Certificado, bem como um dos vogais suplentes;

5. Os membros do Conselho Fiscal têm os poderes consagrados no Código das Empresas Comerciais e nas disposições das Autoridades de Supervisão e estão sujeitos ao regime das incompatibilidades;
6. A composição do Conselho Fiscal deve respeitar o disposto no art 36º, da Lei nº 62/VIII/2014;
7. O Conselho Fiscal pode ser coadjuvado por técnicos especialmente designados ou contratados para esse efeito, ou por empresas especializadas em trabalhos de auditoria.

5º

(Competência)

Para além das competências estabelecidas na Lei e nos "Estatutos" da sociedade, cabe ao Conselho Fiscal:

1. Fiscalizar a Administração da Sociedade;
2. Vigiar pela observância da Lei e do contrato da sociedade;
3. Verificar, sempre que o julgue conveniente, as casas fortes do Banco, com sujeição às inerentes regras de segurança;
4. Acompanhar o funcionamento do Banco e zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, do contrato da Sociedade e das normas emitidas pelas Autoridades de Regulação e Supervisão;
5. Certificar-se no BCA, e empresas criadas ou a criar no seio do Grupo, sujeitas a supervisão em base consolidada, da prossecução dos objectivos fundamentais fixados em matéria de controlo interno e gestão de riscos pelo Banco de Cabo Verde (BCV) e pela Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM), nas directivas de supervisão dirigidas às instituições de crédito e sociedades financeiras;
6. Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
7. Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas e, em geral, supervisionar a qualidade e integridade da informação financeira constante dos mesmos;
8. Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pela sociedade;
9. Elaborar anualmente um relatório sobre a sua actividade fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas Anuais do Banco e as propostas apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral;
10. Ter acesso às acções fiscalizadoras do Banco de Cabo Verde, da Autoridade Tributária e de outras entidades nacionais ou estrangeiras com poderes de fiscalização. Em particular, o Conselho Fiscal deve acompanhar as acções de controlo eventualmente promovidas pelos Departamentos de Auditoria Interna, Controle Operacional, Gabinete de Função Compliance, e Função de Gestão de Risco do accionista CGD, no âmbito da gestão corporativa por este exercida;
11. Certificar-se da eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna, função compliance e de gestão de risco, devendo para o efeito:

- Avaliar os procedimentos operacionais, tendo em vista certificar-se da existência de uma gestão eficiente e eficaz das respectivas actividades, e de uma informação contabilística e financeira completa, fiável e tempestiva, bem como de adequado sistema de monitorização
- Apreciar os relatórios de actividades anuais produzidos pelas áreas do Banco responsáveis pelas funções de:
 - “Compliance”, identificando os incumprimentos verificados e as medidas para corrigir deficiências;
 - Gestão de Risco, e designadamente a apreciação semestral do estado de execução do Plano de Gestão de Risco;
 - Auditoria interna, incluindo o Relatório sobre questões de Auditoria,

transmitindo ao Conselho de Administração as recomendações que considere oportunas acerca das matérias objecto desses relatórios;

12. Apreciar o parecer do Auditor Externo sobre a adequação e eficácia do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira;
13. Apreciar o plano de formação anual da FGR e o Plano de Gestão de Risco;
14. Dar Parecer sobre o Orçamento da DAI;
15. Pronunciar - se sobre os planos de actividades, e os recursos afectos aos serviços de suporte da Função de Auditoria Interna e da Função de Gestão Compliance. O CF deve ser destinatário dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matéria relacionadas com a prestação de contas , a identificação ou resolução de conflito de interesses e detecção de potenciais ilegalidades;
16. Fiscalizar se a Função de Gestão de Risco exerce as suas responsabilidades de forma efectiva, independente e eficaz;
17. Emitir parecer sobre o Relatório do Sistema de Controlo interno, elaborado pela gestão do BCA, nos termos dos Aviso nº 5/2008 do BdP e do Aviso nº4/2017 do BCV, nomeadamente quanto à eficácia, adequação e coerência dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos , auditoria interna e função compliance do Banco;
18. Emitir Parecer sobre o relatório anual do Governo Societário do BCA, nos termos do quadro legal em vigor e, em particular, nos termos do nº 2, do art ° 2º do Aviso 7/2017 do BCV e seu Anexo I;
19. Receber e dar seguimento às comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade e outros;
20. Propor à Assembleia Geral a nomeação do Auditor Externo(certificado) da Sociedade;
21. Fiscalizar a independência do Auditor Externo designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
22. Assistir às reuniões do Conselho de Administração, sempre que o entenda conveniente, ou que para tal seja convocado.
23. Fiscalizar a revisão de contas e a Auditoria aos documentos de prestação de contas.

6º
(Reuniões e deliberações)

1. O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, pelo menos uma vez por Trimestre;
2. As reuniões serão convocadas pelo seu Presidente ;
3. A antecedência de convocação não deve ser inferior a 5 dias úteis;
4. Em caso de urgência, o Conselho Fiscal poderá reunir sem observância de formalidades prévias, desde que os seus membros manifestem a vontade de reunir e deliberar sobre determinado assunto;
5. As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria, devendo os membros que com elas não concordarem fazer inserir na acta os motivos da sua discordância .
6. O Presidente tem voto de qualidade;
7. Serão lavradas actas de todas as reuniões do Conselho Fiscal, das quais deverá constar sempre a menção dos membros presentes na reunião, bem como um resumo dos assuntos tratados e das deliberações tomadas;
8. Os projectos de acta devem circular para aprovação de todos os membros do Conselho no prazo máximo de 10 dias úteis, sendo sujeitos a deliberação formal na reunião seguinte;
9. Todas as actas das reuniões do Conselho Fiscal deverão se guardadas, em suporte físico, no correspondente livro, devendo igualmente ser extraídas cópias digitalizadas das mesma para arquivo em ficheiro informático seguro e de acesso restrito;
10. As actas serão lavradas em língua Portuguesa , sem prejuízo de , quando necessário, poderem ser preparadas traduções em Inglês.

7º
(Ordem de trabalhos)

1. A ordem de trabalhos é determinada pelo Presidente do Conselho Fiscal;
2. Qualquer membro do Conselho pode solicitar a inclusão de pontos na ordem de trabalhos, solicitação essa que deve ser dirigida ao Presidente, com a antecedência possível em relação à data da reunião e acompanhada dos respectivos elementos de suporte;
3. Os documentos de suporte relativos aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem ser distribuídos por todos os membros do Conselho com antecedência de 5 dias, preferencialmente com a convocatória da reunião, ou, em caso de impossibilidade, com antecedência que permita a sua análise atempada.

8º
(Presenças)

1. Para além dos membros do Conselho Fiscal podem estar presentes nas respectivas reuniões, o Auditor Externo, membros da Comissão Executiva, quadros da sociedade ou mesmo terceiros, desde que convidados pelo Presidente, ou por quem o substitua nessa reunião, em função da conveniência face aos assuntos a analisar.

9º
(Ausências)

1. As ausências dos membros do Conselho Fiscal às suas reuniões devem ser, se possível, previamente comunicadas ao seu Presidente ;
2. Existindo informação suficiente, o Conselho Fiscal deve pronunciar-se na própria reunião sobre a justificação da ausência;
3. Anualmente o Conselho Fiscal procede à verificação da taxa de absentismo de todos os seus membros.
4. Os membros do Conselho fiscal que durante o exercício social faltem, sem justificação aceite, a duas reuniões do Conselho Fiscal, perderão o respectivo cargo.

10º
(Articulação com o Conselho de Administração)

1. A articulação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração será assegurada pelos respectivos Presidentes ;
2. O Conselho Fiscal pode chamar a atenção do Conselho de Administração para qualquer assunto que deva ser ponderado, e deve pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele Órgão;
3. O Conselho Fiscal poderá solicitar informações adicionais, que julgue necessárias, ao Conselho de Administração.

11º

(Articulação com as Direcções da Sociedade)

1. O Conselho Fiscal, sempre que o considere de interesse, poderá, com conhecimento prévio do Presidente do Conselho de Administração, solicitar aos responsáveis pelas diversas Direcções do BCA as informações que entenda necessárias ao desempenho das suas funções;
2. Nomeadamente, o Conselho Fiscal poderá:
 - a. Solicitar à Direcção de Auditoria, Função de Gestão de Risco ou ao Gabinete de Compliance informação imediata quando sejam por elas identificadas deficiências ou fragilidades que evidenciem ou indiciem situações de elevada gravidade;
 - b. Solicitar, para o exercício da faculdade prevista n.º 11 do Artigo 5º do presente Regulamento, os relatórios aí mencionados.

12º

(Aconselhamento e Serviços de Apoio)

1. O Conselho Fiscal, para além de elementos de assessoria que lhe possam estar afectos, poderá solicitar ao Conselho de Administração, quando entenda necessário, a colaboração pontual de um ou mais elementos, com experiência nas áreas da sua competência, para prestação de informação e realização de trabalhos visando fundamentar as respectivas análises e conclusões, sendo em particular:
 - Dever do CRO e do RLFRGR prestar aconselhamento e informação completa e pertinente sobre os riscos relevantes associados à actividade desenvolvida.
 - Dever da FGR aconselhar o Conselho Fiscal antes da tomada de decisões que envolvam a tomada de riscos materiais , designadamente quando estejam em causa aquisições, alienações , fusões ou lançamento de novas actividades ou produtos, com vista a assegurar uma oportuna e apropriada avaliação do impacto das mesmas no risco global da Instituição.

13º

(Articulação com o Auditor externo)

1. A articulação do Conselho Fiscal com o Auditor Externo é feita pelo seu Presidente.
2. O Conselho Fiscal é o principal interlocutor do Auditor Externo e o principal destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe , designadamente , propor a respectiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas , dentro do BCA, as condições adequadas à prestação dos serviços

14º

(Alterações)

1. Quaisquer alterações ao presente Regulamento, quer por modificação ou supressão de alguns dos seus artigos, quer por introdução de novas disposições, deverão ser aprovadas por maioria dos membros do Conselho Fiscal

15º

(Disposições Finais)

1. Em tudo o que não esteja especialmente estabelecido no presente regulamento, aplicam-se as disposições legais e estatutárias em vigor.
2. O presente regulamento entra imediatamente em vigor

Presidente

António José do Nascimento Ribeiro

Vogal

Maria de Fátima Oliveira de Melo Fernandes Sanchas

Vogal

José Ricardo Vaz Fernandes Benoliel